

ÍNDICE GERAL

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3. A organização jurídica da família.....	4
1.4. A diversidade familiar.....	5
1.4.1. A família matrimonial	8
1.4.2. A família informal.....	8
1.4.3. A família monoparental.....	9
1.4.4. A família anaparental	10
1.4.5. A família reconstituída	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	13
1.4.6. A família paralela.....	14
1.4.6.1. O olhar discordante	21
1.4.6.2. A união poliafetiva	26
1.4.7. A família natural.....	29
1.4.7.1. A família extensa ou ampliada.....	29
1.4.7.2. A família substituta.....	30
1.4.8. A família eudemonista.....	30
1.4.9. A família homoafetiva.....	30
Capítulo 2 – Noção de Família	35
2.1. Conceito de família.....	35
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado	36
2.3. A disseminação da família monoparental.....	37
2.4. A disseminação da família reconstituída	38
2.5. Noção de Direito de Família.....	39
2.6. Conteúdo do Direito de Família	41
2.7. Evolução do Direito de Família.....	42
2.8. A dessacralização da família	43
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	44
Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família	47
3.1. Direitos fundamentais.....	47
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais	49
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família	49
3.4. O princípio da igualdade	50
3.4.1. Igualdade e minorias	54
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis	55
3.4.3. Igualdade e isonomia constitucional.....	56
3.4.4. Igualdade e crianças vulneráveis	58
3.4.5. Igualdade e idosos vulneráveis.....	59
3.4.6. Igualdade e mulheres vulneráveis.....	60

3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis	61
3.4.8.	Igualdade e independência	61
3.4.9.	Igualdade e violência invisível	62
3.4.10.	Igualdade e idade.....	64
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	66
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial	71
3.4.13.	O idoso e a alteração do regime de bens	76
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF	79
3.4.15.	O idoso e os alimentos	82
3.4.16.	A solidariedade alimentar do idoso.....	84
3.4.17.	O idoso como devedor de alimentos	86
3.4.18.	O idoso e a efetividade das decisões judiciais	88
3.4.19.	Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar.....	90
3.5.	Princípio da autonomia privada.....	93
3.6.	Princípio da liberdade	94
3.7.	Princípio da solidariedade familiar	95
3.8.	Princípio da monogamia.....	96
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável	97
3.8.2.	A fidelidade.....	98
3.9.	Princípio da diversidade familiar	99
3.10.	Princípio da afetividade	100
3.11.	Princípio da igualdade da filiação	101
3.12.	Princípio da proteção da prole.....	101
3.13.	Princípio da proteção do idoso	102
3.14.	Princípio da proteção do jovem.....	102
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência	103
Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento.....		105
4.1.	Definição.....	105
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	106
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	108
4.4.	Casamento religioso com efeito civil	109
4.5.	Capacidade para o casamento	110
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento	114
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais	115
4.7.	Das causas suspensivas.....	119
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF	128
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF	129
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	130
4.7.4.	Legitimidade ativa	131
4.8.	A habilitação para o casamento	132
4.8.1.	Presunção de morte	134
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	135
4.9.	Da celebração do casamento	135
4.9.1.	Consentimento.....	136
4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	137
4.9.3.	Casamento por procuração	138
4.10.	Das provas do casamento.....	139
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i>	140

4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	140
4.11.	Da invalidade do casamento.....	140
4.11.1.	Casamento inexistente.....	141
4.11.2.	Casamento nulo.....	142
	4.11.2.1. A Lei n. 13.811/2019.....	143
	4.11.2.2. Maturidade conjugal.....	144
	4.11.2.3. O consentimento.....	145
	4.11.2.4. O casamento proibido.....	146
	4.11.2.5. Nulidade ou anulação.....	146
	4.11.2.6. Casamentos de conveniência.....	148
	4.11.2.7. A nulidade e a Lei n. 13.811/2019.....	148
4.11.3.	O casamento anulável.....	154
	4.11.3.1. Das causas de anulação.....	155
	4.11.3.2. Identidade, honra e boa fama.....	159
	4.11.3.3. Ignorância de crime anterior ao casamento.....	161
	4.11.3.4. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	162
	4.11.3.5. Ignorância de doença mental grave.....	164
	4.11.3.6. Coação.....	165
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	166
4.13.	Do casamento putativo.....	167
	4.13.1. Pressupostos da putatividade.....	168
	4.13.2. Efeitos da putatividade.....	169
	4.13.3. Efeitos em relação a terceiros.....	170
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	170
	4.14.1. A tutela antecipada da separação de corpos.....	175
	4.14.2. A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	176
	4.14.3. Da cumulação dos pedidos.....	178
	4.14.4. A nova separação de corpos.....	179
	4.14.5. A conveniência na determinação da dignidade humana.....	181
	4.14.6. A separação de corpos consensual.....	182
	4.14.7. A separação de corpos para afastamento do requerente.....	184
	4.14.8. A separação de fato.....	184
Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento.....		187
5.1.	Da eficácia do casamento.....	187
5.2.	Isonomia e patronímico.....	189
5.3.	Planejamento familiar.....	193
	5.3.1. Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008).....	194
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	195
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	197
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	197
5.7.	Infidelidade virtual.....	198
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	199
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	201
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	203
5.11.	Dever de mútua assistência.....	204
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	205
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	207
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial.....	208

5.15.	A direção da sociedade conjugal	213
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar	213
5.17.	Domicílio conjugal	214
Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal		217
6.1.	Do sistema dual de dissolução	217
6.1.1.	O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010	219
6.1.1.1.	O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial	228
6.1.1.2.	O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento	230
6.2.	O fim da sociedade conjugal	231
6.3.	Morte real e morte presumida	232
6.4.	O retorno do ausente	234
6.5.	Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento	235
6.6.	A dissolução da sociedade conjugal	236
6.7.	Da separação amigável	239
6.8.	Cláusulas separatórias	241
6.9.	Requisitos da separação amigável	244
6.10.	Renúncia à meação	246
6.11.	A promessa de doação	252
6.12.	Débitos fiscais e partilha unilateral de bens	255
6.13.	Da ratificação judicial	260
6.14.	Exceção à ratificação	262
6.15.	A ratificação na Lei n. 11.441/2007 e no CPC	263
6.16.	A retratação unilateral	264
6.17.	A separação causal	266
6.18.	Causas genéricas	274
6.19.	A separação litigiosa	275
6.20.	Separação judicial por causas objetivas	276
6.21.	Culpa e insuportabilidade da vida conjugal	279
6.22.	Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial	281
6.22.1.	Fidelidade recíproca	281
6.22.2.	Coabitação no domicílio conjugal	284
6.23.	Separação de corpos no divórcio	285
6.23.1.	Separação de corpos judicial e a Lei Maria da Penha	286
6.23.2.	Objetivo da Lei Maria da Penha	287
6.23.3.	Das medidas protetivas de urgência	287
6.23.4.	Da separação de corpos e a violência doméstica	288
6.23.5.	Caducidade da medida	290
6.24.	Mútua assistência	290
6.25.	Sustento, guarda e educação dos filhos	291
6.26.	Respeito e consideração mútuos	293
6.27.	Insuportabilidade da comunhão de vida	294
6.27.1.	Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação	295
6.27.1.1.	O adultério	295
6.27.1.2.	Tentativa de morte	296
6.27.1.3.	Sevícia ou injúria grave	297
6.27.1.4.	Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo	297
6.27.1.5.	Abandono malicioso	299

6.28.	Condenação por crime infamante.....	300
6.29.	Conduta desonrosa	300
6.30.	As provas ilícitas no Direito de Família.....	301
6.30.1.	A formação da convicção pela prova	302
6.30.2.	Princípios da prova.....	302
6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	303
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima.....	304
6.30.5.	Provas ilícitas.....	305
6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	306
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade	310
6.31.	Separação pela ausência de comunhão de vida.....	313
6.32.	A causa genérica	315
6.33.	Separação objetiva.....	316
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	316
6.35.	Grave doença mental	318
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais.....	320
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	321
6.35.3.	Separação promovida por cônjuge incapaz.....	322
6.36.	A separação administrativa	322
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	325
6.36.2.	Opção ou imposição.....	327
6.36.3.	Divórcio extrajudicial estando a esposa grávida, ou existindo filhos menores ou maiores e incapazes	328
6.36.4.	Reconciliação	329
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	330
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador.....	334
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	335
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	336
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	337
6.36.8.	Recusa na escrituração	338
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular	339
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público	340
6.36.11.	Execução das cláusulas	340
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	341
6.36.13.	Anulação da escritura.....	341
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	342
6.37.	Efeitos da dissolução da sociedade conjugal	343
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges	343
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro	344
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	344
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos	346
6.37.5.	Guarda dos filhos	346
6.37.6.	A guarda compartilhada	348
6.37.7.	Convivência com os filhos	350
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges	351
6.38.1.	Alimentos dos filhos	352
6.38.2.	Partilha dos bens	354
6.38.3.	Prazo de decadência da separação e do divórcio extrajudicial.....	356
6.38.4.	Cobrança de aluguéis	357

Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família	361
7.1. O dano moral no Direito de Família.....	361
7.2. O dano moral no âmbito das relações afetivas	363
7.3. O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	365
7.4. Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	367
7.5. Os alimentos como forma de indenização	368
7.6. Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral	369
7.7. Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família.....	374
7.7.1. A doutrina amplamente permissiva	375
7.7.2. A doutrina restritiva do dano moral.....	377
7.7.3. Crítica à gradação do dano moral.....	380
7.7.4. Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	380
7.8. Críticas ao dano moral.....	385
7.9. O reconhecimento do estado de filiação	386
7.10. O dano moral na investigação de paternidade.....	391
7.10.1. O dano moral na desconstituição da paternidade.....	395
7.10.2. O dever da mãe.....	397
7.10.3. O dever de velar e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho	400
Capítulo 8 – Divórcio	411
8.1. O divórcio.....	411
8.2. O divórcio direto.....	415
8.3. O divórcio e a partilha de bens.....	418
8.4. A representação do cônjuge incapaz no divórcio	420
8.5. Divórcio consensual-judicial.....	420
8.6. Divórcio litigioso-judicial	423
8.6.1. A contestação no divórcio judicial.....	424
8.7. O revogado divórcio por conversão da separação judicial	427
8.8. Divórcio judicial por conversão consensual	430
8.9. Divórcio judicial por conversão litigioso	431
8.10. O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	433
8.11. O divórcio extrajudicial por conversão	435
8.12. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos.....	435
8.13. Efeitos do divórcio.....	436
8.14. A partilha de bens.....	437
8.15. Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial	438
8.16. O patronímico de casado no divórcio	440
8.17. Pluralidade de divórcios.....	445
8.18. O divórcio no direito internacional privado.....	445
Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos	449
9.1. Da proteção da pessoa dos filhos.....	449
9.2. Conceito de guarda	453
9.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial.....	459
9.4. Guarda compartilhada	460
9.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	468
9.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada	475
9.4.3. Tempo de convívio equilibrado	480
9.4.4. Plano de parentalidade	481

9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	483
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	485
9.5.	Direito e dever de convivência.....	488
9.6.	A multa no direito e dever de visitas – <i>astreintes</i>	494
9.7.	O direito de visitas dos avós.....	496
9.7.1.	Um caso paradigma.....	498
9.8.	Síndrome de Alienação Parental (SAP).....	500
9.9.	Síndrome das falsas memórias.....	507
Capítulo 10	– Das Relações de Parentesco.....	509
10.1.	As relações familiares e o parentesco.....	509
10.2.	Direito Romano.....	511
10.3.	Desenlaces parentais.....	512
10.4.	Espécies de família e relações atuais.....	513
10.5.	Conceito de relações de parentesco.....	515
10.6.	Parentesco até o quarto grau.....	517
10.7.	Parentesco.....	518
10.7.1.	Contagem de graus.....	518
10.7.2.	Linhas de parentesco.....	519
10.7.3.	Tronco.....	520
10.7.4.	Parentesco por afinidade.....	520
10.7.5.	Árvore genealógica.....	522
10.8.	A multiparentalidade.....	522
Capítulo 11	– Da Filiação.....	531
11.1.	A filiação.....	531
11.2.	Filiação socioafetiva.....	533
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	539
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	545
11.4.1.	Os filhos e a construção do patrimônio familiar.....	551
11.4.2.	Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira.....	553
11.4.3.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	554
11.4.4.	Decadência da rejeição.....	559
11.4.5.	Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais.....	562
11.4.6.	O parto anônimo.....	567
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos.....	570
11.6.	Da possibilidade jurídica.....	570
11.7.	O posicionamento do STJ.....	572
11.8.	Determinação da maternidade.....	573
11.9.	A presunção de paternidade.....	577
11.10.	A presunção <i>pater is est</i>	578
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida.....	580
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	581
11.13.	A inseminação artificial.....	583
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	583
11.15.	A proteção jurídica do nascituro.....	586
11.16.	Embriões excedentários.....	586
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	588
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	590

11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	591
11.18.2.	Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	591
11.18.3.	A mãe de substituição.....	592
11.19.	A impugnação da paternidade.....	596
11.19.1.	O perigo da sacralização do DNA.....	597
11.20.	Negativa de paternidade.....	598
11.21.	A imprescritível impugnação da paternidade.....	604
11.22.	Prova da filiação.....	607
11.23.	Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	607
11.24.	A prova judicial da impugnação da paternidade.....	611
11.25.	A presunção de paternidade pela recusa.....	614
11.25.1.	A recusa diante do Código Civil.....	615
11.25.2.	As perícias em DNA no Brasil.....	617
11.25.3.	A presunção legal no Código Civil.....	619
11.25.4.	A presunção e a perícia médica de DNA.....	622
11.25.5.	A presunção pela recusa.....	623
11.25.6.	A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	625
11.26.	Elisão da paternidade pelo adultério.....	629
11.27.	Reconhecimento da paternidade.....	632
11.28.	O reconhecimento voluntário.....	633
11.28.1.	Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	635
11.28.2.	Reconhecimento no registro do nascimento.....	636
11.28.3.	Por escritura pública ou escrito particular.....	636
11.28.4.	Reconhecimento por testamento.....	639
11.28.5.	Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz.....	640
11.28.6.	Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	640
11.29.	Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	641
11.30.	Ação anulatória de reconhecimento.....	642
11.31.	Reconhecimento judicial da paternidade.....	644
11.31.1.	Breve digressão histórica.....	644
11.31.2.	A equiparação dos filhos.....	645
11.31.3.	A investigação judicial da paternidade ou da maternidade.....	646
11.31.4.	Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	648
11.31.5.	Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	649
11.31.6.	Escritos.....	650
11.31.7.	Legitimidade ativa.....	650
11.31.8.	Legitimidade passiva.....	652
11.31.9.	Conteúdo da defesa do investigado.....	652
11.31.9.1.	A negativa genérica.....	654
11.31.9.2.	A <i>exceptio plurium concubentium</i>	654
11.31.9.3.	Impossibilidade física do congresso sexual.....	656
11.31.9.4.	Não coincidência das relações sexuais.....	657
11.31.10.	Meios de prova.....	657
11.31.10.1.	A prova documental.....	658
11.31.10.2.	A prova testemunhal.....	659
11.31.10.3.	As provas científicas.....	660
11.31.10.4.	Provas hematológicas.....	661
11.31.10.5.	O sistema HLA.....	662

11.31.10.6. Perícia em DNA	662
11.31.10.6.1. A perícia em DNA se basta?	664
11.31.11. A recusa ao exame pericial.....	666
11.31.12. Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	670
11.32. Efeitos da sentença.....	672
11.32.1. Dos alimentos na investigatória.....	673
11.33. A coisa julgada na investigação de paternidade	675
Capítulo 12 – Da Adoção.....	681
12.1. Conceito de adoção.....	681
12.2. Considerações gerais.....	683
12.3. Natureza jurídica	684
12.4. Referências históricas.....	684
12.5. A adoção e o Código Civil.....	685
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	687
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	688
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	689
12.6.3. Da família natural.....	690
12.6.4. A família extensa.....	690
12.6.5. Destituição do poder familiar.....	691
12.6.6. Colocação em família substituta.....	692
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	694
12.6.6.2. Direito à identidade genética.....	695
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	696
12.7.1. Diferença de idade.....	697
12.7.2. Adoção por casais	698
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	699
12.8. Adoção por avós	701
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	703
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando	704
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	705
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	706
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i>	706
12.14. Adoção por divorciados.....	710
12.15. Adoção póstuma.....	710
12.16. Adoção por estrangeiro.....	712
12.17. Adoção de nascituro.....	715
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	718
12.18. Adoção à brasileira	719
12.19. Adoção de embriões.....	721
12.20. A adoção por homoafetivos.....	723
12.21. Efeitos pessoais da adoção.....	729
12.21.1. Nome	729
12.21.2. A adoção e o poder familiar	730
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção.....	731
12.21.3.1. Alimentos	731
12.21.3.2. Direito sucessório.....	731
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção	731
12.22. O apadrinhamento	732

Capítulo 13 – Do Poder Familiar	735
13.1. Breve noção histórica.....	735
13.2. Função.....	736
13.3. Natureza jurídica.....	738
13.4. Titularidade do poder familiar.....	738
13.5. Conteúdo do poder familiar.....	741
13.5.1. A representação dos filhos.....	744
13.5.2. Retenção indevida de filho.....	746
13.5.3. Poder familiar e trabalho.....	746
13.5.4. Do usufruto dos bens dos filhos.....	748
13.5.5. Da administração dos bens dos filhos.....	749
13.6. Extinção do poder familiar.....	752
13.7. A suspensão do poder familiar.....	755
Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial	759
14.1. Do regime de bens e sua natureza jurídica.....	759
14.2. Princípios gerais.....	761
14.3. Classificação dos regimes de bens.....	764
14.4. O pacto antenupcial.....	767
14.5. Alteração do regime de bens.....	775
14.6. Temor de fraude na mudança do regime de bens.....	779
14.7. A práxis da separação de fachada.....	782
14.7.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	784
14.7.2. O direito adquirido e a retroatividade da alteração.....	790
14.8. Do regime obrigatório da separação de bens.....	795
14.9. Da administração dos bens e dos bens reservados.....	800
14.10. Da reivindicação dos bens comuns.....	801
14.11. Do regime legal de bens.....	802
14.11.1. Bens de caráter próprio.....	804
14.11.2. Bens de caráter comum.....	805
14.12. Regime da comunhão parcial.....	806
14.12.1. Fundos privados de pensão.....	820
14.12.2. Bens que ingressam na comunhão parcial.....	825
14.12.2.1. A título oneroso.....	825
14.12.2.2. Por fato eventual.....	826
14.12.2.3. Doação, herança ou legado.....	828
14.12.2.4. Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	829
14.12.2.4.1. Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa.....	832
14.12.2.5. Frutos civis e naturais.....	840
14.12.2.6. O fundo de comércio como fruto civil.....	842
14.12.2.6.1. A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples.....	843
14.12.2.6.2. O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	846
14.12.2.7. Aquisição com causa anterior.....	847
14.12.2.8. Partilha de quotas.....	849
14.12.2.9. Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	853
14.12.2.10. Dívidas dos cônjuges.....	857

14.13.	Do regime de comunhão universal.....	859
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	862
14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	862
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso.....	863
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento.....	864
14.13.1.4.	Doações antenupciais.....	865
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC.....	865
14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens.....	868
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens.....	873
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos.....	876
14.14.1.	Na Costa Rica.....	879
14.14.2.	Na Alemanha.....	880
14.14.3.	Na França.....	881
14.14.4.	Na Espanha.....	882
14.14.5.	No Brasil.....	883
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos.....	885
14.14.7.	Aquisição onerosa.....	889
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos.....	890
14.14.9.	Má administração.....	891
14.14.10.	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais.....	891
14.14.11.	A ideia da liquidação antecipada.....	892
14.14.12.	Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos.....	893
14.14.13.	Regime de compensações.....	894
14.14.14.	Dívidas pessoais.....	894
14.14.15.	Irrenunciabilidade do direito à meação.....	894
14.14.16.	Regras de liquidação.....	895
14.14.17.	Disposição hereditária.....	896
14.15.	Do regime da separação de bens.....	896
14.16.	Mantença da família.....	899
14.16.1.	Compensação econômica (alimentos compensatórios).....	899
14.17.	A separação obrigatória de bens.....	900
14.18.	A separação convencional de bens.....	901
14.19.	Os bens adquiridos durante a separação de fato.....	902
14.20.	Da fraude na partilha.....	904
14.20.1.	O lastro matrimonial.....	905
14.20.2.	A presunção de comunidade.....	906
14.20.3.	A separação e seu efeito na partilha.....	906
14.20.4.	A autonomia privada.....	907
14.20.5.	A fraude.....	908
14.20.6.	A fraude societária.....	909
14.20.7.	A fraude pela mudança do tipo social.....	911
14.20.8.	A fraude pela interposta pessoa física.....	914
14.20.9.	A boa-fé.....	914
14.20.10.	A fraude no casamento do Código Civil.....	917
14.20.11.	A fraude nos regimes de bens.....	917
14.20.12.	A fraude na união estável.....	918
14.20.13.	A outorga do convivente.....	919
14.20.14.	A indenização pela inoponibilidade.....	922
14.20.15.	Uma solução argentina.....	923

14.20.16.	A fraude pela formação de dívidas.....	923
14.20.17.	A prova da fraude e da simulação.....	925
14.20.18.	A anulação da partilha e decadência.....	927
14.21.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.....	929
14.21.1.	Bens excluídos do usufruto.....	931
14.22.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar.....	933
Capítulo 15 – Dos Alimentos		937
15.1.	Conceito.....	937
15.2.	Espécies de alimentos.....	938
15.2.1.	Quanto à sua natureza.....	939
15.2.2.	Quanto à causa jurídica.....	942
15.2.3.	Quanto à finalidade.....	944
15.2.3.1.	Alimentos provisórios.....	944
15.2.3.2.	Alimentos em tutela provisória.....	946
15.2.3.3.	Alimentos da tutela antecipada.....	947
15.2.3.4.	A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC.....	948
15.2.3.5.	Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	949
15.2.3.6.	Tempo de duração da tutela antecipada.....	950
15.2.3.7.	Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar ...	951
15.2.4.	Quanto ao momento em que são reclamados.....	952
15.2.4.1.	Alimentos pretéritos e futuros.....	952
15.3.	Características da obrigação alimentar.....	954
15.3.1.	Direito personalíssimo.....	954
15.3.2.	Transmissibilidade.....	955
15.3.3.	Divisibilidade.....	960
15.3.3.1.	Litisconsórcio na ação de alimentos.....	961
15.3.3.2.	Da solidariedade nos alimentos do idoso.....	965
15.3.3.2.1.	O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	967
15.3.4.	Condicionalidade.....	967
15.3.5.	Reciprocidade.....	969
15.3.6.	Alternatividade.....	970
15.3.7.	Imprescritibilidade.....	971
15.3.8.	Irrepetibilidade.....	973
15.3.9.	Incompensabilidade.....	976
15.3.10.	Irrenunciabilidade.....	981
15.3.10.1.	A validade histórica da renúncia alimentar.....	982
15.3.10.2.	Renúncia expressa.....	984
15.3.10.3.	A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	984
15.3.10.4.	A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	985
15.3.10.5.	A irrenunciabilidade alimentar.....	986
15.3.10.6.	O indevido retrocesso.....	988
15.3.10.7.	A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	989
15.3.10.8.	A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	990
15.3.11.	Impenhorabilidade.....	991
15.4.	Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	993
15.4.1.	Os alimentos na família reconstituída.....	997
15.5.	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	1000

15.6.	Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	1001
15.7.	Os alimentos do nascituro.....	1002
15.7.1.	Dos alimentos gravídicos.....	1003
15.8.	Os alimentos dos relativamente incapazes.....	1005
15.9.	A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	1006
15.10.	O constrangimento da ação ou da execução alimentar.....	1011
15.10.1.	O abuso do direito.....	1017
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	1018
15.11.	Alimentos e prestação de contas.....	1018
15.12.	Alimentos com a maioridade civil.....	1023
15.12.1.	Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos.....	1029
15.13.	Dever de sustento e obrigação.....	1031
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1032
15.14.1.	O protesto dos alimentos.....	1033
15.14.2.	A constituição de capital.....	1035
15.14.3.	<i>Astreintes</i>	1039
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontínua.....	1040
15.14.5.	Perda do poder familiar.....	1041
15.14.6.	Medidas executivas atípicas.....	1042
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1044
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1045
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1046
15.17.	Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1050
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1055
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1058
15.20.	Igualdade e independência econômica.....	1060
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade.....	1063
15.22.	Rubrica alimentar.....	1065
15.22.1.	Alimentação.....	1065
15.22.2.	Habitação.....	1065
15.22.3.	Educação.....	1066
15.22.4.	Saúde.....	1068
15.22.5.	Vestuário.....	1069
15.22.6.	Lazer.....	1069
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1069
15.24.	Pensão <i>intuitu familiae e intuitu personae</i>	1075
15.24.1.	Alimentos em espécie ou <i>in natura</i>	1076
15.25.	Dos alimentos transitórios.....	1079
15.25.1.	A duração dos alimentos transitórios.....	1081
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1083
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensação econômica.....	1087
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensação econômica.....	1090
15.26.3.	Outras diferenças entre obrigação de alimentos e compensação econômica.....	1093
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1095
15.26.5.	A duração da compensação econômica.....	1099
15.27.	A restituição dos alimentos.....	1099
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos.....	1099
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1102
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1103

15.28. Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1103
15.29. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1107
15.29.1. Conduta irregular da ex-mulher.....	1110
15.29.2. Comportamento indigno.....	1111
15.30. A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos.....	1116
15.30.1. Sua incidência processual.....	1118
15.30.2. A desconsideração ativa.....	1119
15.30.3. A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário.....	1121
15.31. A oferta de alimentos.....	1124
15.32. A majoração e redução dos alimentos, a Súmula STJ 621 e sua atualização automática.....	1125
15.33. Cessação da obrigação de prestar alimentos.....	1129
15.34. A execução de alimentos.....	1132
15.34.1. Do cumprimento da sentença.....	1132
15.34.2. Aplicação de multa.....	1134
15.34.3. A defesa no cumprimento da sentença.....	1135
15.34.4. Sentença para ser cumprida.....	1135
15.34.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos.....	1135
15.34.6. Do procedimento expropriatório.....	1136
15.35. Da execução internacional dos alimentos.....	1137
15.36. A intributabilidade da pensão alimentícia.....	1139
15.36.1. A participação da mulher nas atividades econômicas.....	1139
15.36.2. A coabitação.....	1141
15.36.3. Alimentos entre cônjuges.....	1142
15.36.4. A função social da família.....	1143
15.36.5. A necessidade de uma política de proteção familiar.....	1145
15.36.6. O mínimo existencial.....	1145
15.36.7. Renda e proventos.....	1147
15.36.8. A tributação familiar.....	1148
15.36.8.1. A condição de dependente.....	1149
15.36.9. A capacidade colaborativa.....	1150
15.36.10. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	1151
15.36.11. A ausência de acréscimo patrimonial.....	1151
15.36.12. A pensão alimentícia como encargo de família.....	1154
15.36.13. Os alimentos e seu caráter indenizatório.....	1155
Capítulo 16 – Do Bem de Família.....	1157
16.1. Bem de família.....	1157
16.2. Conceito de bem de família.....	1158
16.3. O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1159
16.4. O bem de família do Código Civil.....	1161
16.4.1. Objeto do bem de família voluntário.....	1163
16.4.2. Valor do bem de família voluntário.....	1164
16.4.3. Procedimento de constituição e efeitos.....	1165
16.4.4. Das isenções.....	1166
16.5. Extinção do bem de família.....	1167
Capítulo 17 – Da União Estável.....	1169
17.1. Antecedentes históricos.....	1169

17.2.	A Constituição Federal de 1988.....	1171
17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1174
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1175
17.5.	O Projeto de Lei n. 2.686/1996.....	1176
17.6.	Origem e definição.....	1176
17.7.	A expansão das uniões livres.....	1177
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1178
17.7.2.	Motivos sociais.....	1179
17.7.3.	Motivos legais.....	1179
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1180
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1180
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	1180
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1180
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1181
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1181
17.8.2.	Coabitação.....	1192
17.8.3.	Prazo para constituição.....	1194
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1195
17.8.5.	Convivência pública.....	1204
17.8.6.	Continuidade.....	1206
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1206
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	1210
17.9.	Conceito de união estável.....	1210
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1212
17.10.1.	Lealdade.....	1214
17.10.2.	Respeito.....	1215
17.10.3.	Assistência.....	1216
17.10.4.	Dever imaterial.....	1219
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1219
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1220
17.10.7.	O nome na união estável.....	1221
17.11.	Contrato de convivência.....	1223
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	1226
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1228
17.11.3.	Regime de bens.....	1234
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1239
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação.....	1241
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1243
17.12.	Concubinato e relações paralelas.....	1246
17.12.1.	O olhar discordante.....	1248
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1251
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1257
17.12.4.	O concubinato e a doação.....	1258
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária.....	1258
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1259
17.13.	Dissolução da união estável.....	1261
Capítulo 18 – Tutela	1263	
18.1.	Conceito.....	1263

18.2.	Menores submetidos à tutela.....	1266
18.3.	A tutela no Direito Romano.....	1266
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1267
18.5.	Modalidades de tutela.....	1267
18.6.	Tutela testamentária.....	1269
18.7.	Tutela legítima.....	1270
18.8.	Tutela dativa.....	1271
18.9.	Tutela funcional.....	1272
18.10.	Exclusividade da tutela.....	1273
18.11.	Incapazes de exercer a tutela.....	1273
18.11.1.	Idoneidade.....	1274
18.12.	Designação do convivente como tutor.....	1276
18.13.	Escusa dos tutores.....	1277
18.13.1.	Mulheres casadas.....	1278
18.13.2.	Maiores de sessenta anos.....	1278
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	1279
18.13.4.	Enfermidade.....	1280
18.13.5.	Habitação distante.....	1280
18.13.6.	Os que já exerceram tutela ou curatela.....	1280
18.13.7.	Militares em serviço.....	1280
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor.....	1281
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial.....	1281
18.15.	Do exercício da tutela.....	1282
18.15.1.	Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1282
18.15.2.	Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1283
18.15.3.	A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1285
18.16.	Atribuições do tutor.....	1287
18.16.1.	Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1288
18.17.	Vedações ao tutor.....	1289
18.18.	Garantia da tutela.....	1289
18.19.	O protutor.....	1290
18.20.	Responsabilidade do juiz.....	1291
18.21.	Remuneração do tutor.....	1292
18.22.	Responsabilidade do tutor.....	1292
18.23.	Bens do tutelado.....	1293
18.24.	Prestação de contas.....	1294
18.25.	Cessação da tutela.....	1296
18.26.	Das funções do tutor.....	1296
Capítulo 19 – Da Curatela		1297
19.1.	Da curatela.....	1297
19.2.	Conceito.....	1299
19.3.	Pessoas sujeitas à curatela.....	1301
19.4.	Curatela do nascituro.....	1304
19.5.	Velhice.....	1307
19.6.	Curatela no Direito Romano.....	1309
19.7.	Enfermidade ou deficiência mental.....	1309
19.7.1.	Intervalos lúcidos.....	1310
19.8.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1310

19.9. Deficientes mentais	1312
19.10. Ébrios habituais	1312
19.11. Os viciados em tóxicos.....	1313
19.12. Os pródigos.....	1314
19.13. Autocuratela.....	1316
19.14. Ação de interdição	1317
19.15. Das disposições comuns à tutela e à curatela	1320
19.16. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela	1321
19.17. Curatela conjunta.....	1324
19.18. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	1325
19.19. Levantamento da interdição.....	1327
19.20. Cessação da curatela.....	1328
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1329
Bibliografia	1331
Índice Alfabético-Remissivo	1367